

# Conflitos, resistências e gestão da ordem: um olhar a partir da crise de 2012 no Estado de São Paulo<sup>1</sup>

*Bruna Ramachiotti (PPGS/USP)*

Resumo: As questões a serem abordadas neste artigo dizem respeito a uma pesquisa mais ampla acerca da violência policial e seus desdobramentos. Em minha pesquisa de doutorado, proponho-me a analisar o modo como o arbítrio policial, a partir de suas práticas de extermínio (chacinas, execuções sumárias ou as denominadas “mortes por intervenção policial” em supostos confrontos), constitui-se em um polo de tensão sobre o qual se desenrolam conflitos e enfrentamentos, e acaba por mobilizar um campo político de protestos e contestações. Para tanto, partirei da reconstituição da denominada “crise de 2012” em São Paulo, período no qual se viu pela primeira vez em vinte anos, um aumento das estatísticas de homicídios no Estado, em queda constante desde o início dos anos 2000. Parte considerável dessas mortes, conforme amplamente documentado pelos jornais, envolveu circunstâncias que sugerem execução, muitas vezes escondidas em supostos confrontos entre civis e forças da ordem. Tratarei aqui, de alguns episódios relacionados aos eventos de 2012, que podem ser vistos também como uma espécie de catalisador de um movimento envolvendo diversas formas de resistência, colocando em questão a violência inscrita na fabricação e gestão da ordem.

## Introdução

Os anos 2000 foram marcados por uma constante redução nas taxas de homicídios no Estado de São Paulo<sup>2</sup>. As explicações e análises para essa tendência constante de queda são múltiplas e de diversas matizes. Vão desde aquelas baseadas em alterações institucionais, como o investimento em políticas de redução de desigualdade nas periferias e em setores de investigação e inteligência da polícia, aumento do efetivo policial, política de encarceramento e desarmamento, até as interpretações nas quais o fator determinante para a compreensão de tal redução é a própria dinâmica da atividade criminal<sup>3</sup>.

Seja qual for a explicação a ser adotada, o fato é que até 2011, não houve inversão nessa tendência, nem mesmo em 2006, quando forças da ordem revidaram ataques promovidos pelo PCC e, entre supostos enfrentamentos e execuções sumárias, 439 pessoas foram mortas no Estado de São Paulo apenas entre os dias 12 e 20 de maio, nos chamados “crimes de maio de 2006”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no VI Enadir - GT01. Antropologia do crime e do direito: justiça e criminalidade em perspectiva.

<sup>2</sup> Se em 2000 o número de assassinatos no Estado era de 42,2 por 100.000 habitantes, em 2011 esse número passa para 13,5 a cada 100.000, ano em que a taxa nacional se encontrava em 27,1 assassinatos por 100 mil habitantes. (Fonte: Mapa da violência 2014 – Os jovens do Brasil)

<sup>3</sup> Não é o escopo do presente trabalho fazer a análise das causas e explicações para a redução dos índices de homicídio no Estado de São Paulo. A literatura, no entanto, é vasta e para mais sobre o tema ver: Waiselfisz e Athias, 2005; Mello e Schneider, 2007; Goertzel e Kahn, 2009; Feltran, 2010, 2012; Telles e Hirata, 2010; Peres et al., 2011; Cerqueira; Mello, 2012; Dias, 2013; Ruotti et al., 2017; dentre outros.

<sup>4</sup> Naquele ano, as taxas de homicídios no Estado e na Capital + Região Metropolitana ficaram, respectivamente, em 19,9 e 24,5 assassinatos por 100 mil habitantes, enquanto no ano anterior foram de 21,6 e 27,2 (Fonte: Mapa da Violência 2012).

Em 2012, no entanto, essa curva descendente é interrompida. De acordo com dados da própria Secretaria de Segurança Pública, os homicídios no Estado de São Paulo cresceram 15% em relação ao ano anterior. Se considerarmos apenas a capital, o aumento foi ainda mais significativo, 34% (foram 1.368 casos com 1497 vítimas, sendo que em 2011 haviam sido registrados 1.019 casos).

Mas não é só. 2012 foi ano em que os casos de letalidade policial também aumentaram. As taxas chegaram a níveis semelhantes àqueles registrados em 2006, ano que ficara marcado pela violência letal da Polícia Militar nos “crimes de maio”. De acordo com os dados das Corregedorias das Polícias Civil e Militar, publicados no Diário Oficial do Estado, em 2012, 655 ocorrências foram registradas sob as chamadas “mortes por intervenção policial”. Para efeito de comparação, os dados das corregedorias apontam que em 2006 foram 660 mortes em igual situação.

Além disso, o estudo de caso sobre a crise de 2012, realizado por Dias et al. (2015) a partir de notícias veiculadas pela mídia entre abril e dezembro de 2012, mostrou que 406 civis foram atingidos por disparos de armas de fogo, dentre os quais 255 morreram em ações semelhantes a execução.

Por outro lado, 2012 também foi ano em que se viu um aumento considerável das mortes dos agentes da ordem, especialmente fora de serviço. A Secretaria de Segurança Pública – SSP divulgou balanços que apontam, ao longo do ano, 107 mortes de policiais civis e militares, 92 deles assassinados em dias de folga. Novamente aqui, os registros somente vão encontrar paralelo no ano de 2006, quando as estatísticas assinalaram 141 mortes de policiais, 103 das quais fora de serviço. E assim como nos casos dos civis, as circunstâncias sugerem a prática de execução.

Os números indicam que algo havia mudado no equilíbrio precário entre o crime e o governo no Estado de São Paulo no ano de 2012, especialmente na capital e na região metropolitana. Nesse contexto, a hipótese trabalhada por Dias et. Al (2015), bem como por Feltran (2012) é a de que a intensificação de um ciclo de ação e reação entre policiais (especialmente militares) e civis, o aumento do número de homicídios (sobretudo aqueles com características de execução), bem como da letalidade policial, decorrem do fato de que em 2012, assistiu-se à desestabilização de “acordos de paz” construídos entre o PCC e a polícia durante a última década.

As notícias veiculadas pela imprensa ao longo do ano reforçam a narrativa de uma “guerra urbana”, construída a partir de imagens de um confronto entre polícia e “bandidos” como fragmentos de uma mesma cena de violência generalizada. Essa construção, contudo,

como sugerem Telles e Hirata (2012), embaralham fatos e circunstâncias que precisam ser mais bem esclarecidos e entendidos. É absolutamente factível que assim como os ataques de 2006, também em 2012 tenha havido um desajuste nos acordos entre as forças policiais e o crime organizado, especialmente após a morte de integrantes do PCC em um lava-rápido na Penha, Zona Leste de São Paulo, em 28 de maio daquele ano. Os fatos, inclusive, reforçam tal hipótese, já que as chacinas começaram a acontecer especialmente após a intensificação das execuções de policiais, em um perímetro de distância muito curto em relação aos locais onde os policiais haviam sido mortos e em datas muito próximas às das ocorrências. Mas o que nos interessa compreender, todavia, é o estatuto dessa conflitualidade constituída em torno da violência estatal, já que é ela quem baliza o problema político colocado a partir dos fatos narrados.

Isso é importante porque a violência estatal, em suas variadas faces, é o epicentro a partir do qual gravitará um múltiplo campo político articulando desde atores institucionais como promotores, defensores públicos, juizes, passando por associações de moradores, ONGs, coletivos de familiares de vítimas de violência policial, defensores de direitos humanos, até pesquisadores, jornalistas, dentre outros movimentos que vão mobilizar os mais variados temas, articulando, a despeito da repressão, formas de resistência e contestação.

Por isso a importância de se reconstruir os fatos que compuseram a assim chamada “crise de 2012” em São Paulo, tendo em vista se tratar de um período no qual se viu episódios envolvendo execuções, confrontos, toques de recolher, queimas de ônibus e as mais variadas formas de violência estatal. Neste sentido, o ciclo de violência que ali se constituiu pode ser considerado como um “evento crítico” (Telles et. al., *mimeo*) operando como um catalisador de diversos movimentos que compõem a cartografia política do conflito engendrado.

O que se pretende aqui, neste momento, é o mapeamento de alguns dos acontecimentos que construíram a “crise de 2012”. Não se trata, no entanto, de uma reconstituição fato a fato de tudo o que ocorreu no ano 2012 relativamente ao conflito entre civis e as forças da ordem, ou todas as suas ressonâncias dentro desse campo, dados, inclusive, os limites desse artigo. A cronologia proposta, a partir de notícias divulgadas na mídia impressa e eletrônica, é a construção de uma cartografia constituída de fragmentos de informações acerca do ciclo de violência de 2012, na qual se pode indicar a centralidade que a violência policial adquire na composição de um campo político de conflito, bem como o protagonismo de suas vítimas diretas na articulação da resistência.

Neste sentido, para a montagem dessa cartografia, busca-se identificar circunstâncias anteriores ao ano de 2012 que permitam compreender os encadeamentos dos fatos, bem como apontar alguns desdobramentos posteriores que advieram das consequências da dinâmica da ação policial naquele ano e que impactam até os dias atuais os modos de gestão da ordem.

## **Antecedentes**

Um dos elementos preponderantes para compreender o desencadeamento dos fatos que culminaram nos acontecimentos de 2012 foi a nomeação de duas figuras da área de Segurança Pública. A primeira foi a de Antônio Ferreira Pinto como Secretário de Segurança, em março de 2009<sup>5</sup>. Ao assumir a SSP, o então secretário adotou uma política marcada pela centralidade da Polícia Militar, a quem confiou a maior parte do trabalho de investigação e combate ao PCC. Consequentemente, houve um esvaziamento da Polícia Civil, especialmente o Departamento Estadual de Investigações Criminais – DEIC.

Mais do que um fortalecimento da Polícia Militar, houve principalmente o protagonismo da Rota na política a ser implantada pela Secretaria. É neste contexto que se insere a segunda nomeação chave para os eventos que virão. Em maio de 2009, o Tenente-Coronel Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada assume o comando da Rota. Segundo reportagem publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 16 de maio de 2009, no dia 06 daquele mês, quando chamado no Gabinete do Secretário e informado que assumiria a Rota, Telhada teria respondido: "Vou retomar a doutrina da Rota, a vibração. Nós vamos vencer. A bandidagem que se cuide"<sup>6</sup>.

Com Ferreira Pinto e Telhada, as prioridades da gestão da segurança pública eram levar a Rota para o policiamento ostensivo nas periferias, hegemonizá-la nas políticas de combate ao crime organizado, especialmente por meios de estratégias militarizadas contra o PCC e retomada da “doutrina Rota”<sup>7</sup>. O cenário para os acontecimentos que sucederiam estava montado. Nesse sentido, a fala do secretário Ferreira Pinto na posse do Tenente

---

<sup>5</sup> Promotor de Justiça e ex-oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Ferreira Pinto era secretário de Administração Penitenciária desde 2006, quando foi convidado pelo ex-governador Claudio Lembo a substituir Nagashi Furokawa, em meio à crise relacionada aos “crimes de maio”.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,telhada-voltou-o-crime-que-se-cuide,372180>, acesso em 08 de julho de 2019.

<sup>7</sup> A doutrina Rota constituída por um conjunto de regras não formais e não escritas, desprovidas de sanções administrativas, mas que incide em todos os aspectos da vida do policial pertencente à unidade. Trata-se de uma doutrina forjada em uma moralidade binária dividindo o mundo entre bons e maus, de modo que, transposta para pensar políticas de segurança pública, resulta na simbologia da guerra contra o crime, o confronto com o inimigo, que autoriza, no limite, o uso da força letal como forma de “mudar o mundo”, “limpando” as ruas de “criminosos” e “bandidos” (Macedo, 2015).

Coronel Telhada parecia premonitória. Ao anunciar o novo comando, declarou: “o evento tem tudo para ser um marco, um autêntico divisor de águas, como adiante se verá”. E viu-se.

Posta em prática, a política adotada teve como um dos seus primeiros atos, ainda em 2009, a transferência da operacionalização do Sistema Guardião, baseada em escutas telefônicas, da Polícia Civil à Militar. Como descrito por Dias et al. (2015) a Polícia Militar, especialmente por meio da Rota, passou a atuar em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, através de métodos de investigação nada transparentes, mas que pareciam ter como base interceptações telefônicas, aparentemente com autorização judicial, de presos ligados ao PCC.

Em 2010, ocorreu um dos casos que ajuda a demonstrar como esse sistema operava. Na madrugada do dia 02 de setembro, um homem acusado de ser o autor de um suposto atentado contra Telhada, no final de julho daquele ano, foi morto em Itaquera. Era conhecido como "Gordex", membro do PCC e, segundo informações do jornal O Estado de São Paulo, vinha sendo investigado pelo “serviço reservado da Polícia Militar” desde o ataque, tratando-se do principal suspeito do crime<sup>8</sup>. Na versão dos policiais, “Gordex” após perseguição, saiu atirando de seu carro com uma pistola calibre 45 em punho. A polícia teria reagido com metralhadora, baleando-o quatro vezes. Levado ao hospital, morreu enquanto recebia atendimento.

Pouco tempo depois, soube-se que as ligações de Gordex, assim como a de outros integrantes do PCC eram monitoradas por policiais militares da Rota e do Comando de Policiamento do Interior-8 (CPI-8), sediado em Presidente Prudente. Seu último diálogo foi interceptado na madrugada do dia 02 de setembro, momentos antes de sua morte. As conversas foram gravadas e as informações repassadas ao então chefe do serviço reservado da Rota. Em 21 de agosto de 2012, no entanto, os dois policiais que participaram da ação foram denunciados por homicídio com qualificadora de motivo torpe. Segundo testemunhas, a síndica e o subsíndico do condomínio foram pressionados pelos policiais militares a entregarem as imagens das câmeras de segurança do condomínio. O material foi passado à Polícia Civil posteriormente, mas sem as imagens. Nem os técnicos da empresa responsável pelo serviço souberam explicar como isso aconteceu.

Já em 2011, na madrugada do dia 05 de agosto, seis homens foram mortos em uma tentativa de assalto a quatro caixas eletrônicos em Parada de Taipas, Zona Norte de São Paulo. A PM afirmou que recebeu uma ligação anônima, surpreendendo-os enquanto

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,suspeito-do-atentado-contra-comandante-da-rota-e-morto-em-itaquera,604088>, acessado em 09 de julho de 2019

tentavam abrir os caixas eletrônicos com maçaricos. Das quinze pessoas envolvidas, uma foi morta enquanto tentava fugir de carro e outras cinco foram baleadas na laje do depósito de mercadorias do supermercado. Havia ainda a suspeita por parte das corregedorias das polícias de que entre os quinze participantes da tentativa de assalto estariam policiais militares. No dia seguinte, em entrevista, o comandante da Rota, Paulo Telhada afirmou que os policiais agiram dentro da lei. Relatou que quando os “bandidos” perceberam estar cercados, começaram a atirar. E ressaltou: “Os criminosos tiveram a chance de se render, mas não largaram as armas. Quando a gente toma tiro, a gente atira também.”<sup>9</sup>

As investigações realizadas pelo DHPP, por sua vez, puseram em dúvida a afirmação de Telhada. Isso porque durante o suposto confronto, na laje do depósito do supermercado, a câmera de segurança, voltada exatamente para a área, foi desviada pelos policiais militares. Investigadores da Polícia Civil também colocaram em dúvida os motivos pelos quais a Rota participou do tiroteio, pois seus policiais estavam em Santo André, no ABC paulista, quando foram chamados para Parada de Taipas. Além disso, um dos chefes do 18º Batalhão da PM, envolvido diretamente nas seis mortes, tinha sido nos anos 2000, integrante do Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância – GRADI, um extinto setor da PM em razão das várias ações ilegais cometidas por seus integrantes. No final de agosto daquele ano, as investigações conduzidas pela Polícia Civil, Corregedoria da PM e do Ministério Público Estadual apontavam que a operação da Rota e do 18º Batalhão pode ter sido uma emboscada. De acordo com as informações coletadas, os PMs chegaram ao local quatro horas antes e ficaram de “tocha” até a chegada dos suspeitos. O inquérito apurava ainda o porquê de os policiais não terem evitado o suposto tiroteio, já que chegaram antes, bem como a razão pela qual desviaram o foco da câmera de segurança.

Ainda em meio às investigações sobre o episódio das mortes no supermercado em Parada de Taipas, Telhada deixa o comando da Rota. Em novembro de 2011, o Tenente Coronel foi para a reserva. Tinha pretensões políticas para o ano seguinte, já que seu discurso eloquente com elogios aos atos de policiais, vistos por ele como “heroicos” ao enfrentar e matar “bandidos”, angariava-lhe bastante sucesso entre a população, tanto que se elegeria vereador com a quinta maior votação na cidade de São Paulo.

Em seu lugar assumiria a vaga Salvador Modesto Madia. Com um perfil semelhante ao do seu antecessor, Madia era um dos réus no caso do massacre do Carandiru, acusado de

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/coronel-da-rot-a-nega-excesso-em-acao-que-deixou-seis-mortos-em-sp.html>, acesso em 09 de julho de 2019.

matar 79 pessoas no pavilhão 9. Em sua cerimônia de posse, destacou que não pretendia alterar em nada a política adotada até então, mas apenas acrescentar seu “toque pessoal”<sup>10</sup>.

Paralelamente às ações da Rota, bem como às alterações nos postos da área de segurança pública do governo, o crime também se reorganizava. A série de mortes de seus membros, supostamente em confronto com PM, ao que tudo indica, levou o PCC a preparar a alteração em seu estatuto, em agosto de 2011. Como descrito por Dias et al. (2015), aos 17 artigos que o compunha, foi adicionado o art. 18º, segundo o qual “todo integrante tem o dever de agir com serenidade em cima de opressões, assassinatos e covardia realizados por agentes penitenciários, policiais civis e militares e contra a máquina opressora do Estado” e que “Vida se paga com vida e sangue se paga com sangue.”

As condições para a eclosão da crise que viria em 2012 já estavam dadas, faltava apenas o estopim e ele viria em maio daquele ano.

### **1º Grande momento da crise - o caso do lava-rápido da Penha**

Na noite do dia 28 de maio, policiais da Rota mataram seis homens em um lava-rápido na favela de Tiquatira, no bairro da Penha, Zona Leste de São Paulo. Na versão da polícia, a Rota teria recebido uma denúncia anônima, segundo a qual membros do PCC participariam de uma reunião para organizar o resgate de um preso no Centro de Detenção Provisória do Belém. Ao chegar no estacionamento, os policiais teriam sido recebidos com tiros e reagiram. No confronto, seis homens morreram, cinco fugiram e três foram presos. Uma das vítimas era Anderson Minhano, homem de confiança de Marcola, líder do PCC. Baleado no lava-rápido, Minhano teria sido socorrido por três policiais da Rota e levado para pronto-socorro em Guarulhos, onde não resistiu e morreu.

Esta teria sido a versão oficial, se não tivesse uma testemunha no caso. Na verdade, durante o caminho para o pronto-socorro, o carro no qual estavam três policiais e o suspeito desviou para a rodovia Ayrton Senna, onde Minhano foi executado. Uma testemunha viu os homens da Rota agredirem a vítima e ligou para a central da PM para relatar os fatos. Na chamada de doze minutos foi possível ouvir os tiros. Nas imagens da câmera da rodovia, obtidas pela Polícia Civil, foi constatado que o veículo com os policiais ficou parado por 12 minutos no Km 1.

Com a morte de Minhano, dava-se abertura à temporada de chacinas, queima de ônibus e toques de recolher. Não havia dúvidas de que haveria revide. E houve. Dos dois

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Secretaria-de-Seguranca-de-SP-promove-militares-e-ignora-mortes-por-policiais/4/18195>, acesso em 09 de julho de 2019.

lados. Ao longo do mês de junho, policiais militares foram mortos, ônibus foram incendiados, bases da Polícia Militar foram baleadas, toques de recolher nos bairros foram anunciados pela própria polícia e grupos de extermínio agiram nas periferias, matando jovens durante a noite e madrugada. Entre janeiro e maio de 2012, policiais militares da Rota mataram 45% mais do que no mesmo período do ano anterior. O mês de junho foi o mais violento do ano até então. De acordo com os números do Sistema de Informações Criminais – Infocrim, da SSP, o número de homicídios foi 53% maior em comparação a junho de 2011.

Julho iniciou com um dos casos emblemáticos da matança ocorrida no Estado de São Paulo no ano de 2012. Na madrugada do dia 1º, policiais militares do 14º Batalhão, de Osasco, após uma tentativa frustrada de encontrar traficantes em uma favela da Vila Dalva, zona Oeste de São Paulo, avistaram uma moto com dois jovens, na avenida Pablo Casals. Atiraram em ambos. Na direção da moto estava César Dias, vinte anos, operário de uma indústria têxtil. Na garupa, seu amigo de infância, Ricardo Tavares, repositor de supermercado, também de vinte anos. Nenhum dos dois tinha qualquer passagem pela polícia.

Após os policiais forjarem a cena do crime, levaram as vítimas ao Hospital Municipal de Osasco. César chegou morto ao pronto-socorro e Ricardo morreu no mesmo dia. A novidade deste episódio é que o pai de César, inconformado com o que ouviu dos policiais – dois “meliantes” haviam sido mortos em troca de tiros – resolveu participar das investigações. Foi a partir dele que os investigadores do DHPP chegaram a uma testemunha-chave da execução dos meninos, uma moradora da Vila Dalva, que da sacada de casa viu os dois jovens serem executados.

Às mortes de César e Ricardo se seguiram muitas outras ao longo dos meses de julho e agosto de 2012. Atiradores encapuzados em motos ou carros escuros, passavam e atiravam a esmo, geralmente em áreas nas quais em um período muito curto de tempo algum policial tinha sido atacado. Ou as chamadas “resistências seguidas de morte”, sempre com as mesmas narrativas, de que após intensas trocas de tiros, policiais matavam suspeitos. A divulgação das estatísticas de criminalidade do mês de agosto de 2012 demonstrou o aumento em 15,2% dos homicídios dolosos, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A política de enfrentamento conduzida pela SSP mostrava não ter os resultados esperados. Mas a situação ainda iria piorar.

## **2º Grande momento da crise - “quem não reagiu, tá vivo”**

O episódio que marcaria o segundo semestre e a retomada, ainda mais letal, da gramática bélica, ocorreu no dia 11 de setembro de 2012. Em uma chácara em Várzea



Paulista, localizada a cerca de 60 Km da capital, membros do PCC estariam realizando um “tribunal do crime”. Conforme noticiado pelos jornais, a PM recebera uma “denúncia anônima” informando sobre o “debate”, pois um rapaz foi acusado de estupro e o irmão da vítima teria informado ao PCC, reivindicando punição.

A operação foi conduzida pela Rota e chefiada por Rafael Henrique Cano Telhada, filho do coronel Paulo Telhada. Na versão oficial, após o julgamento – o qual, inclusive, havia inocentado o rapaz acusado de estupro – quando todos deixavam o local, a Rota invadiu a chácara, iniciando um suposto confronto que levou à morte de nove homens. Segundo a PM, eles chegaram ao local para fazer um “levantamento preliminar” e esperar pelo momento ideal da abordagem. Enquanto esperavam, um veículo saiu sem respeitar a ordem de parada dada pelos policiais e seus ocupantes começaram a efetuar disparos, obrigando os agentes a revidarem. Houve troca de tiros com os ocupantes de outros dois carros que também não teriam respeitado a ordem de parada. Em um deles estava o rapaz que havia sido inocentado no “debate” e morreu em decorrência dos tiros disparados pelos policiais. No interior da chácara, teria ocorrido outros cinco episódios de resistência. Nenhum policial foi baleado.

O caso de Várzea Paulista chama a atenção pela magnitude da operação policial. Foram envolvidos quarenta policiais e dez viaturas, utilizou-se doze pistolas e quinze submetralhadoras. Além disso, ele joga luz sobre a duvidosa legalidade da central de interceptação telefônica montada especialmente para o combate ao PCC. Além de delegar a policiais militares a responsabilidade para a condução de investigações criminais, já que na prática atuavam como operadores dessas escutas, esse monitoramento não levava a uma eficiência na investigação criminal, como é de supor no uso de ações de inteligência. O número de mortos em ações policiais, especialmente as conduzidas pela Rota, era cada vez mais alto. As escutas, na realidade, eram utilizadas como tática de execução, realizada por meio de supostos confrontos.

Outra razão pela qual os fatos de Várzea Paulista chamam a atenção é pelo esforço institucional na construção de sua legitimidade. O inquérito foi concluído em 54 dias sem o indiciamento de nenhum policial. Conforme se verifica da descrição minuciosa de Silvestre (2016) acerca do procedimento e seus anexos, é notória a quantidade de recursos lançados pela investigação, bem como a velocidade com que foram produzidos os laudos periciais e o documento relatado. Como disse a autora, ao que tudo indica, a investigação de Várzea Paulista foi conduzida de maneira a não deixar dúvidas de que, como afirmara o Governador Geraldo Alckmin no dia seguinte aos fatos “quem não reagiu, está vivo”.

Aos acontecimentos de Várzea Paulista, seguiu-se uma onda de violência ainda maior do que aquela iniciada em maio. Os dados mensais divulgados pela SSP em 25 de outubro apontaram que em setembro de 2012, a capital registrou 135 casos de homicídios com 144 vítimas. Um aumento de 96% em comparação ao mesmo período de 2011, que teve 69 casos com 71 vítimas. Setembro de 2012 foi também o mês com maior número de assassinatos desde janeiro de 2010, quando o governo estadual passou a divulgar estatísticas criminais de forma mensal.

No dia 22 de novembro, o governo do Estado antecipou os dados sobre a violência em outubro, que seriam divulgados somente no dia 25. Na Capital, o número de assassinatos praticamente dobrou em comparação com o mesmo período do ano anterior: 150 ocorrências contra 78 (aumento de 92%). Já o total de vítimas (considerando que cada caso pode ter mais de uma vítima) foi de 82 para 176 (elevação de 114%). Com o aumento de praticamente 100% no número de mortes violentas em dois meses seguidos na capital, não dava mais para manter o Secretário de Segurança Antônio Ferreira Pinto no cargo. O discurso bélico não trazia resultados e o governador começava a temer pela sua imagem. O escolhido para substituí-lo foi o ex-procurador-geral de Justiça Fernando Grella Vieira, que havia chefiado o Ministério Público Estadual de 2008 a 2012.

Grella assumiu a secretaria com um discurso de mudança. Em sua gestão, em 2013 as mortes iriam cair. Em maio de 2013, por exemplo, as mortes por intervenção policial declinaram 84% na capital. Antes, no entanto, no início de janeiro de 2013, teria o epílogo da crise de 2012: a chacina do Jardim Rosana.

### **Epílogo da crise – as mortes do Jardim Rosana**

Desde que fora gravado e divulgado em rede nacional pelo Fantástico, da Rede Globo, um vídeo com a morte do servente Paulo Batista, desarmado e rendido, por policiais militares, em novembro de 2012, as ameaças não mais cessaram no Jardim Rosana, Zona Sul de São Paulo. De forma velada ou explícita, durante várias semanas, policiais aterrorizavam a população.

No dia 04 de janeiro de 2013, por volta das 23h, três carros com ao menos quatorze homens armados pararam em frente ao bar na Rua Reverendo Peixoto Silva, a mesma na qual foi filmada a morte do servente Paulo. De acordo com testemunhas, eles desceram do carro, anunciaram ser polícia e começaram a atirar. Ao todo, foram mais de 50 tiros disparados. Sete pessoas foram executadas, dentre elas Laércio de Souza, conhecido como DJ Lah. Ele era o principal alvo do grupo de matadores, pois teria dito no bairro, em tom de brincadeira, ser o

responsável pelas imagens divulgadas pelo Fantástico. Dias depois da chacina, os investigadores concluíram que não foi o rapper quem fez a gravação.

A chacina do Jardim Rosana pode ser considerada como o último capítulo da intensificação do ciclo de violência iniciado em meados de 2012. Isso deveu-se muito ao modo como foi tratada. O recado do Governo do Estado foi claro, era preciso esclarecer o crime. Por ordem do governador, o então delegado-geral da Polícia Civil de SP, Maurício Blazeck, foi pessoalmente ao Jardim Rosana para entender os fatos e em sua resposta, foi direto: os principais suspeitos pelos assassinatos eram policiais militares. No dia 24 de janeiro, seis policiais militares foram presos sob a suspeita de participação na chacina. Ambos eram do 37º Batalhão, o mesmo no qual foi descoberto, em 2008, o grupo de extermínio conhecido como Os Highlanders, acusado de doze mortes, sendo cinco delas por decapitação. Além dos seis policiais presos, outros quatro ainda estavam sendo investigados.

Naquele momento, parecia que na gestão de Fernando Grella, ao menos aparentemente, os abusos e ações de extermínio nas periferias não seriam mais tolerados tão facilmente.

### **Resistindo à violência do Estado**

Os acontecimentos narrados ao longo de 2012 mostram histórias de opressão e arbitrariedades que envolvem abordagens violentas, torturas, chacinas e supostos confrontos registrados como “morte por intervenção policial” que, em muitas vezes, escondem práticas de execução sumária. Em um certo sentido, pode-se falar na existência de uma política institucional de extermínio, ainda que não formalizada. E ela abrange não somente as forças policiais, mas também as agências do sistema de justiça. As investigações são realizadas de modo a justificar a ação policial. Os antecedentes criminais das vítimas são a chave para a impunidade de suas mortes. Juízes e promotores avalizam a ação policial por meio de suas decisões. Nos poucos casos que vão a julgamento, os jurados tendem a absolver os policiais envolvidos, mesmo diante de evidências de ilegalidades. O apelo moral em relação ao “passado criminoso” do morto é mais forte do que provas do crime perpetrado pelas forças da ordem.

As mortes se multiplicam, inserindo-se no cotidiano das populações periféricas. Mas se a violência policial é uma experiência compartilhada, compondo um repertório comum de referências, como demonstrou Telles et al. (*mimeo*), ela é também o solo a partir do qual são articuladas iniciativas de resistência. São em torno desses episódios violentos que grupos de mães e familiares de vítimas da letalidade policial se organizam, formando redes que

demandam investigações independentes, acionando atores como defensores públicos, redes de advocacia ativista, assim como organizações não governamentais, coletivos de defesa dos direitos humanos e de mídia, movimentos sociais em geral.

Os eventos de 2012, nesse sentido, podem ser vistos como aglutinadores desse movimento. Em julho de 2012, cerca de dois meses após a intensificação da matança que se viu ao longo daquele ano, começam a se intensificar as vozes de contestação à política levada a cabo pelo governo. No dia 23 de julho de 2012, o Movimento Mães de Maio, divulgou carta à então presidenta Dilma Rousseff, na qual relatava a onda de violência policial no Estado de São Paulo, com cerca de 200 pessoas mortas em dois meses, sobretudo jovens pobres e negros, todos moradores da periferia, fazendo-o reviver os Crimes de Maio de 2006. As mães diziam estar recorrendo à presidência da república, pois os agentes e instâncias estaduais insistiam em não ouvir o “clamor pela vida”<sup>11</sup>.

Com o episódio de Várzea Paulista e a escalada do ciclo de violência, que elevou os casos de homicídios em quase 100% em meses como setembro e outubro de 2012, essas vozes dissonantes à política de extermínio que se via na prática ser implementada no Estado também foram intensificadas. No dia 17 de outubro de 2012, o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça<sup>12</sup> encabeçou um documento enviado ao ministro da Justiça e procurador-geral da República. Nele, o Comitê e outras entidades de direitos humanos denunciavam o que chamaram de *“nova escalada de assassinatos cometidos no Estado de São Paulo por policiais militares e por grupos de extermínio supostamente vinculados a integrantes da Polícia Militar”*<sup>13</sup>. A carta relatou que de janeiro a agosto de 2012, a PM de São Paulo, sem contar as ações de grupos de extermínio compostos por policiais militares, matou 338 pessoas, uma média de 42 mortes por mês, segundo a própria Secretaria da Segurança Pública. Além da denúncia, as entidades propõem sejam adotadas as providências legais cabíveis para a observância dos direitos humanos e defesa da vida.

No dia internacional dos Direitos Humanos, 10 de novembro, cerca de mil pessoas caminharam até a Assembleia Legislativa de São Paulo. O ato foi organizado pelo Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Pobre e Periférica e denunciou a política de extermínio nas periferias de São Paulo, bem como o seu caráter racista e higienista.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/maes-de-maio-entregam-carta-a-presidente-dilma-rousseff/>, acesso em 23 de julho de 2018.

<sup>12</sup> Coletivo de militantes contra a ditadura militar, familiares de mortos e desaparecidos políticos e representantes de movimentos da sociedade civil que lutam por Memória, Verdade e Justiça.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entidades-de-direitos-humanos-denunciam-onda-de-extermio-em-sao-paulo/>, acesso em 23 de julho de 2019.

Lideranças do movimento acionaram a categoria de “genocídio da juventude negra” para relatar a política de segurança promovida pelo governo do Estado.

Após as diversas denúncias de movimentos sociais e organizações em defesa dos direitos humanos e de vítimas de violência do Estado acerca da matança promovida por forças da ordem, e diante da repercussão nacional da escalada de violência no Estado de São Paulo, que saía de uma curva de descenso nos números de homicídios de mais de vinte anos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, editou a Resolução nº 08, de 21 de dezembro de 2012. Por meio da ministra chefe Maria do Rosário, na qualidade de presidenta do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, recomendava-se, dentre outras coisas, que as autoridades policiais deixassem de usar em seus registros criminais designações genéricas como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, promovendo o registro, com o nome técnico de “lesão corporal decorrente de intervenção policial” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”<sup>14</sup>.

É nesse contexto, aliado à repercussão do caso da chacina do Jardim Rosana, que menos de 21 dias após a resolução federal, a SSP de São Paulo editou a Resolução SSP-05/2013. A resolução paulista alterou a forma de registro dos homicídios cometidos por policiais nos supostos confrontos, impedindo o uso da expressão de "resistência seguida de morte", substituída por “morte decorrente de intervenção policial”, bem como proibiu o resgate de suspeitos pela polícia após tiroteios, que passou a ser atribuição de socorristas da prefeitura ou do corpo de bombeiros.

No dia 14 de maio de 2013, ainda na repercussão dos crimes de 2012, o secretário de segurança recebeu uma comissão de quatro representantes de entidades de direitos humanos, que acusaram policiais militares de atuarem em chacinas e grupos de extermínio na periferia. A reunião de quase uma hora ocorreu após uma manifestação, na qual um grupo de cerca de 500 pessoas, com cartazes e fotos de vítimas de chacinas pediam investigação e punição para os envolvidos. O protesto culminou com a ocupação pelo movimento, ao longo de 40 minutos, da sede da secretaria. Entre os presentes na reunião com Grella, estava a mãe de um dos mortos na chacina do Jardim Rosana.

Também no contexto das mobilizações por investigações e punições aos crimes de 2012, a ONG Human Rights Watch, composta por profissionais de direitos humanos de diversos países, publicou em 29 de julho de 2013, Carta Aberta ao Governador Geraldo

Alckmin e ao Procurador Geral de Justiça Márcio Rosa, sobre violência policial<sup>15</sup>. A carta fala da preocupação da entidade com os obstáculos para a responsabilização de policiais que comentem execuções extrajudiciais no Estado de São Paulo. Destaca casos como o de César Dias de Oliveira e Ricardo Tavares da Silva, mortos a tiros por policiais que registraram duas “resistências seguida de morte”, cuja farsa só pode ser desmontada a partir das mobilizações do pai de César, que auxiliou nas investigações. Ressalta particular preocupação com as mortes causadas pela Rota e os indícios de participação de policiais em formas de acobertamento, especialmente o falso socorro, além das indicações dos falsos relatos de resistência.

Como visto nos eventos narrados acima, a violência inscrita nos modos de produção e gestão da ordem, acaba por articular, a partir da vivência da dor e do luto de suas vítimas, um repertório de ação política frente a ação letal, cuja centralidade está o direito à vida.

### **Considerações Finais**

Sabemos que no mundo contemporâneo proliferam-se experiências de destruição humana, submetendo vastas populações a condições de vida que lhe conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018). Essa experiência compartilhada de precariedade, constituída por diversas formas de políticas de morte que atravessam seus corpos, contudo, pode ser transfigurada em luta política. Os fragmentos aqui produzidos constroem, ainda que de forma limitada, um diagrama que nos ajuda a compreender esse dispositivo punitivo que articula polícia, instituições do poder executivo e agências do sistema de justiça no exercício de um necropoder, tal como descrito por Mbembe. Por outro lado, também nos mostra como a partir do arbítrio e da violência policial podem ser mobilizadas estratégias de enfrentamento e contestação.

É o que demonstrou Telles et al. (*mimeo*) ao colocar a prisão como questão estratégica. De forma muito semelhante às prisões, dadas, inclusive, as articulações entre ambas, as mortes decorrentes de ação de policial se constituem em um ponto de articulação de protestos e resistências cuja questão central é a defesa da vida - enquanto valor e enquanto campo de disputa (Telles et al., *mimeo*). É esse o campo político de conflito que se busca entender ao trazer à discussão os eventos de 2012 narrados até aqui.

### **Bibliografia**

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2013/07/29/250634>, acesso em 23 de julho de 2019.

DIAS, C. et al. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo v. 9, n. 2, 160-179, 2015

FELTRAN, G. S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-74, 2010.

FELTRAN, G. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

GOERTZEL, T.; KAHN, T. The Great São Paulo homicide drop. *Homicide Studies*, Thousand Oaks, v. 13, n. 4, p. 398-410, 2009.

MACEDO, H. “Confrontos” de Rota: a intervenção policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2016.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. N-1 edições, 2018.

MELLO, J. M. P.; SCHNEIDER, A. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-30, 2007.

PERES, M. F. T. et al. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, 2011.

RUOTTI, C. et al. A ocorrência de homicídios no município de São Paulo: mutações e tensões a partir das narrativas de moradores e profissionais. *Saude soc.*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 999-1014, Dec. 2017

SILVESTRE, G. “Enxugando Iceberg”: Como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2016.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. A gramática bélica da segurança. *O Estado de São Paulo*. 18 nov. 2012.

TELLES, V. S. *Combatendo o encarceramento em massa, lutando pela vida: elementos para uma cartografia política do presente. (mimeo)*

WAISELFISZ, J. J.; ATHIAS, G. *Mapa da violência de São Paulo*. Brasília, DF: Unesco, 2005.